

# CORREIO BRAZILIENSE

Na quarta parte nova os campos ara.  
E se mais mundo houvera, lá chegara.  
CAMÕES, e, VII e 14.

**Diretor-Geral**  
Paulo Cabral de Araújo

**Diretor-Superintendente**  
Edilson Cid Varela

**Diretor-Responsável**  
Ari Cunha

**Editor-Geral**  
Ronaldo Martins Junqueira

**Gerente-Geral**  
Alberto de Sá Filho

**Gerente Financeiro**  
Evaristo de Oliveira

**Gerente Técnico**  
Ari Lopes Cunha

**Gerente Comercial**  
Mauricio Dinepi

ANC  
P2

## Pacificação política

A afinidade de pontos de vista entre os presidentes do Congresso Nacional e do Executivo, quanto à necessidade do desarmamento de prevenções no campo político, enseja uma nova oportunidade para a restauração de um mínimo de civilidade no debate nacional. Com efeito, no discurso que pronunciou na abertura da nova sessão do Legislativo, o senador Humberto Lucena conclamou os políticos a colaborarem para a pacificação nacional, enquanto, logo após, na mensagem dirigida ao Congresso, o presidente Sarney fazia idêntica exortação.

Desde algum tempo, o processo de retaliações instalado entre o Executivo e a Assembléia Constituinte assumiu as proporções de um contencioso político profundamente desgastante e pernicioso ao programa de normalização institucional do País. Enquanto no Executivo focos de resistência às decisões da Constituinte explodiam em manifestações de inconformidade, no plenário do órgão espoucavam restrições ao comportamento do Palácio do Planalto, com referências ácidas à figura do Presidente da República.

É evidente que a insurreição retórica na qual se empenhavam ambos os lados fez nascer o temor de que, na verdade, a Nação estivesse a presenciar um conflito institucional entre o Poder Executivo e o órgão supremo da soberania nacional, a Assembléia Constituinte. Parece bastante óbvio que tal clima de hostilidade, caso persistisse, fatalmente desaguaria em um impasse insolúvel, pior, solúvel pela via trágica da demolição institucional. Semelhante hipótese só poderia interessar aos espíritos matriculados nos valores sombrios do totalitarismo e aos arrivistas de todas as tendências.

E dentro desse contexto que se deve acolher as propostas de trégua partidas dos poderes políticos da República, o Executivo e o Legislativo, antecipadas pelas declarações do presidente da Assembléia Constituinte em favor do ensarilhar de armas. Após a profissão de fé pacificadora dos dirigentes políticos de maior responsabilidade, afrouxou-se a corda da radicalização e, em consequência, a Nação passou a respirar mais aliviada.

Suspensa há dias, a tensão poderá, contudo, reinstalar-se, se, de um lado e de outro, as cabeças sectárias não se renderem à evidência de que o País precisa de tran-

quilidade para ultrapassar a atual fase de transição institucional. Esse período irá encerrar-se com a promulgação da nova Carta Constitucional, que não será exatamente o fim de uma etapa, mas o começo de uma esperança. Toda a sociedade nacional aguarda que o novo pacto político a ser celebrado na futura Constituição possa favorecer a tomada de decisões capazes de romper os graves dilemas do País e abrir caminho para a felicidade do povo e à prosperidade geral.

Não é por outra razão que a opinião pública, no exercício legítimo de seu direito de crítica, mantém observação vigilante sobre os trabalhos da Assembléia. E exige maior dedicação dos constituintes à elaboração da Carta, de modo que esse instrumento de organização do poder estatal e da sociedade possa entrar em operação o mais rapidamente possível.

Nesse sentido, é preciso reconhecer que a Assembléia já descobriu os canais para o entendimento. Todas as vertentes do pensamento político-ideológico marcham para a composição de suas teses, na medida em que se convenceram de que a Constituição, para ser legítima e expressão de vontade nacional, há de acolher em suas disposições a média das aspirações nacionais. Aliás, uma Constituição que brotasse da imposição de maiorias ocasionais seria um documento destinado a tutelar a sociedade nacional, não de libertá-la e de protegê-la sob as inspirações da fraternidade democrática.

A prevalência dos sentimentos pacificadores é ditada hoje pelo ambiente de perplexidade instalado no País há tempos, em virtude de uma crise econômica que se mostra invulnerável às ações tentadas para arredá-la. Seria impatriótico ignorar que as disfunções econômicas, cujo principal efeito é a desvalorização constante da moeda em face da inflação, desarticula o sistema produtivo e gera incertezas sobre o futuro. A exacerbação política, fora dos limites tolerados pelo conflito próprio dos regimes democráticos, só serve para atizar as labaredas de um cenário já insustentável.

Urge, pois, que a Constituinte leve adiante sua relevante missão institucional, sem perder de vista que a Nação não pode ficar exposta aos traumatismos da intolerância política.